

A RELAÇÃO SUJEITO-OBJETO NA SOCIOLOGIA COMPREENSIVA DE MAX WEBER

THE SUBJECT-OBJECT RELATIONSHIP IN MAX WEBER'S COMPREHENSIVE SOCIOLOGY

Rodrigo Estramanho de Almeida¹
Augusto Moura Fossatti²

RESUMO: De forma didática, o artigo revisita a questão da relação sujeito-objeto na sociologia de Max Weber com o objetivo de apresentar o modo de se fazer sociologia na perspectiva compreensiva. Perpassa o problema do entendimento do conceito de 'neutralidade axiológica', demonstrando que sua transmissão é por vezes qualificada de forma cientificista, deslocando sua relação original na escola hermenêutica. Trata, também, do caráter indutivo na descrição da observação dos dados na tarefa de ordenamento conceitual da realidade empírica, segundo o perspectivismo weberiano. Conclui que a perspectiva weberiana ainda oferece importante manancial epistêmico para a prática da pesquisa ao cientista social na atualidade.

Palavras-chave: Max Weber. Neutralidade axiológica. Relação sujeito-objeto. Sociologia compreensiva.

ABSTRACT: In a didactic manner, the article revisits the issue of the subject-object relationship in Max Weber's sociology with the aim of presenting the way of doing sociology from a comprehensive perspective. It addresses the problem of understanding the concept of 'value neutrality,' demonstrating that its transmission is sometimes qualified in a scientific way, displacing its original relationship within the hermeneutic school. It also deals with the inductive nature in the description of data observation in the task of conceptual ordering of empirical reality, according to Weberian perspectivism. It concludes that the Weberian perspective still offers an important epistemic source for research practice for the social scientist today.

Keywords: Max Weber. Value neutrality. Subject-object relationship. Comprehensive sociology.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é ensaiar algumas considerações sobre o modo de se fazer sociologia segundo a proposição epistemológica de Max Weber, sobretudo no que diz respeito à relação sujeito-objeto da pesquisa. No entanto, não o faremos lançando mão de um texto ou

¹Doutor em Ciências Sociais, professor do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

²Bacharel em Sociologia e Política pela FESPSP, mestrando em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

conjunto de textos específicos do autor para análise, tampouco elegemos um conceito comum para guiar nossas proposições. A ideia aqui é realizar um ensaio cujo entendimento possa ser acessível a estudantes e investigadores iniciantes sobre o pesquisador e a pesquisa em ciências sociais a partir dos fundamentos compreensivos da sociologia weberiana.

Nossa intenção é realizar um pequeno exercício didático, ressaltando aquilo que nos parece importante, sabendo que nossa escolha é passível de discussão com outras abordagens, que por seus próprios critérios, revelariam outros aspectos que não os que aqui serão ressaltados. Trata-se, pois, de um exercício didático de compreensão da sociologia compreensiva. Esperamos assim, do ponto de vista metodológico, não trair o figurino ao adotar uma perspectiva, um ponto de vista para a partir dele desdobrar considerações que tentam ser primeiro logicamente corretas, antes de serem verdadeiras ou definitivas.

Pode-se afirmar que uma das principais características da sociologia de Max Weber é sua perspectiva metodológica na compreensão sobre a realidade social com profundidade e objetividade peculiares. O pesquisador, sujeito da pesquisa, e os processos que se podem analisar sob recorte subjetivo antepõem a sociologia de Weber a outras sociologias: as que preveem o distanciamento sujeito-objeto da pesquisa e as que propõem longo alcance nas proposições e nas sínteses sobre os resultados dos processos sociais.

2

A Sociologia de Weber continua sendo objeto de análise para as Ciências Sociais, tanto por sua maneira de compreender a história, sua perspectiva de construção teórica, bem como pela inovação que representou junto às escolas clássicas - a Sociologia das Representações, capitaneada pelo pensamento de Émile Durkheim e a Sociologia do Conflito, representada fundamentalmente pela teoria materialista da reprodução econômica de Karl Marx.³

É certo que em se tratando da relação sujeito-objeto, o método weberiano, quando comparado a esse mesmo aspecto da sociologia de matriz funcionalista as diferenças são assinaláveis. Se nas *Regras do Método Sociológico* de 1895, Durkheim enfatizou a necessidade do distanciamento entre o sujeito e objeto da pesquisa, o fato social, na sociologia de Weber, ocorre, por assim dizer, uma inversão epistêmica, posto que é o próprio sujeito da pesquisa que deve se pôr em xeque desde o sentido que orienta sua escolha até os valores, entre outras causas subjetivas que possam ter efeitos em suas interpretações. Diríamos que na sociologia de Max

³ Embora façamos uma distinção que atenua a participação de Weber na tradição denominada 'do conflito social' há o importante trabalho de COLLINS, 2009 que situa Weber e Marx nesta mesma tradição e adiciona uma quarta tradição àquelas ditas 'fundacionais' da sociologia, qual seja a 'racional-utilitarista'.

Weber as representações sociais não deixam de ter efeitos, pois ele mesmo teorizou sobre o importante condicionamento das tradições nas orientações das ações sociais, mas elas são uma entre outras e, em todos os casos, na ordem capitalista, esse tipo de ação, estaria fadada a sucumbir à orientação racional movida a fins.

Em relação a Marx, muito se escreveu e se teorizou no sentido de antagonizar a relação sujeito-objeto na diferença com Weber.⁴ É fato que Marx, a despeito do rigor científico de *O Capital* de 1867, não tinha grande preocupação com postulações epistêmicas para o campo de uma sociologia *stricto sensu*. É famosa sua proposição, escrita com Engels na *Ideologia Alemã* que até ali “os filósofos só interpretaram o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é transformá-lo” (MARX; ENGELS, 1998, p.103) e que isso, por si só, já o coloca em franca oposição ao sentido da vocação (*beruf*) científica defendida por Weber. Em todo caso, algo tem se proposto de modo mais enfático nas últimas décadas sobre as possíveis afinidades de pensamento entre esses dois cânones do pensamento sociológico, sobretudo no que diz respeito a uma adoção de perspectiva cujo objetivo é o da abordagem do conflito da ordem capitalista e não o da ordem, como é o caso de Durkheim⁵. Embora por vias diferentes, ambos chegaram a prognósticos similares sobre a sociedade capitalista, qual seja a do que nela parece ser racional a princípio é, no fundo, a razão de seu colapso emancipatório. (LÖWY, 2014, p.17-57)

3

Tendo aqui em poucas linhas situado Max Weber entre a sociologia da representação e do conflito e, sugerindo não que ele despreze esses elementos, mas que sua ênfase está na compreensão, sobre a qual discorreremos mais adiante, seguimos para o próximo tópico desse exercício didático de reflexão sobre a relação sujeito-objeto de sua sociologia.

O PONTO DE VISTA COMPREENSIVO

A adoção do ponto de vista compreensivo em ciências sociais, tem como ponto de partida o entendimento de que a realidade social, suas instâncias empíricas e seu conhecimento indutivo, não são passíveis de serem investigadas por meio do uso de métodos que a tomem como algo eminentemente externo e que, portanto, impõe padrões atitudinais, de comportamento e orienta regularidades. Foge, assim, completamente da lente compreensiva qualquer tipo de abordagem sociológica que parta de estruturas sociais imanentes ou definidas *a priori*. O foco da análise empreendida pela abordagem de tipo indutivo compreensivo deve ter

⁴ Excelente análise desse tipo é LÖWY, 1994. O autor revisa suas proposições em LÖWY, 2014.

⁵ cf. COLLINS, 2009.

início no “*como?*” e não no “*por que?*”. Parte-se não do conceito de sociedade, entendido enquanto uma totalidade, mas sim dos sujeitos que agem e que, por meio de suas ações, tendem a conferir sentido à realidade e realizam a vida social. O objeto de estudo do cientista social na via indutiva compreensiva é a ação social e o objetivo a compreensão do sentido da ação social empreendida pelos sujeitos, pois o conceito de ação social remete a toda ação humana dotada de sentido que pode vir a encerrar, de modo mais ou menos volitivo, algum tipo de reação em outrem, desencadeando as interações, relações, trocas, dominações. Diferentemente de outras tradições sociológicas que tendem a tomar o grupo ou o fato social como a menor partícula, parte do todo verificável da sociedade, na sociologia de Max Weber o átomo da sociologia é a ação social:

[...] sociologia (no sentido aqui entendido desta palavra empregada com tantos significados diversos) significa: uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos. Por “ação” entende-se, neste caso, um comportamento humano (tanto faz tratar-se de um fazer externo ou interno, de omitir ou permitir) sempre que e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um sentido subjetivo. Ação “social”, por sua vez, significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso (Weber, 2000, p. 3).

Ações e relações sociais redundam em cadeias, redes de interação. E embora redes tendam a ter um traçado comum, a formar uma imagem que quando observada, principalmente à distância, remeta alguma regularidade e padrão, isso não quer dizer que os padrões sejam sempre os mesmos, bem como não quer dizer que se as tramas forem observadas de muito perto se estará diante da mesma aparente regularidade vista à distância.

Daí que o conceito de sociedade não pode ser preenchido com a ideia de um ente externo, visto à distância pelo pesquisador, dotado de estruturas que condicionam os homens a certo tipo ou conjunto de representações e relações. Pelo contrário, é a grande teia de relações sociais, formada por um ilimitado número de ações e reações em cadeia que formam a inapreensível totalidade do que convencionamos chamar sociedade.

A sociologia indutiva de matriz weberiana quando busca compreender a ação social está, ao mesmo tempo, tentando compreender a intenção do sujeito mais ou menos explícita na rede de interações. Diferentemente de abordagens sociológicas de matriz funcionalista e estruturalista, nas quais o sujeito tende a estar mais subsumido à relação social, a matriz compreensiva insere o sujeito no centro da teoria social, investigando as intenções e as escolhas dos sujeitos no espaço-tempo, direcionando a produção de uma objetividade que de algum modo sempre está implicada com os interesses próprios do pesquisador o que acaba por dar-lhe a

chance de se desvencilhar dos modelos fechados de interpretação da realidade social como, por exemplo, as abordagens baseadas na filosofia da história⁶.

Neste sentido, podemos entender o termo ‘compreensão’ como aquele que indica a busca pelo entendimento das intenções que os sujeitos carregam para o interior das interações e relações sociais ou, como assinalou Weber, ‘compreensão’ significa (...) apreensão interpretativa do sentido ou da conexão de sentido (WEBER, 2004, p.6). Trata-se de procurar evidenciar o que está obnubilado nas ações dos sujeitos, o que pode estar mais ou menos explícito ou implícito nas relações e deve ser mobilizado pelo pesquisador para se chegar a um ponto de vista sobre um determinado fenômeno social. Destas proposições podemos depreender que se justifica o grande número de estudos, de diversos autores, sobre o mesmo tema, pois cada um exerce seu ponto de vista sobre o tema escolhido, da sua maneira e por diferentes motivações. Um mesmo objeto pode, portanto, passar por diversas abordagens e adquirir, sob cada uma, diferentes ênfases e interpretações. Este é o caráter intrínseco, segundo Weber, da objetividade do conhecimento das ciências sociais e exatamente por isso que ela pode ser logicamente correta, mas jamais universal e definitiva.

É exatamente por isso, também, que os temas da atualidade orientam a escolha do sujeito que realiza a investigação e os fragmentos do real, por sua vez, estes, são orientados por seleções subjetivas norteadas por interesses específicos. Assim, a sociologia, para Weber, configura-se na análise fragmentada de fragmentos da totalidade. Os interesses e a conjuntura norteiam as escolhas e as opções, mas mudam no tempo e no espaço conferindo certa efemeridade às produções científicas que têm por objeto os problemas e o funcionamento da sociedade.

Ora, mas e a escolha do objeto a ser estudado sob o crivo do método compreensivo? A escolha do objeto está relacionada a um valor social e este tende a ser estudado segundo os valores centrais do autor da pesquisa. Para Max Weber é impossível captar a totalidade do real. Em primeiro lugar, porque o sujeito da investigação tem interesses específicos voltados a um assunto selecionado pelas suas lentes, de sua conjuntura e realidade. Neste sentido, as Ciências Sociais têm objetividade, mas esta é fruto da subjetividade do sujeito da investigação que realiza sua escolha baseado em um aspecto da realidade que lhe interessa:

[...] todo conhecimento da realidade cultural é sempre um conhecimento subordinado a pontos de vista especificamente particulares. Quando exigimos do historiador ou do sociólogo a premissa elementar de saber distinguir entre o essencial e o secundário, de possuir para esse fim os pontos de vista necessários, queremos unicamente dizer que ele deverá saber referir - consciente ou inconscientemente — os elementos da realidade

⁶ cf. VÉDRINE, 1977.

a “valores culturais” universais, e destacar aquelas conexões que, para nós, se revestem de significado. (WEBER, 2004, p. 131)

Neste contexto, a pergunta que se faz ao objeto é: que intenção tem o sujeito para agir de modo A ou B? Daí se abstrai a causalidade na medida em que uma ação sempre leva a outra ação. Neste sentido, na sociologia weberiana, o indivíduo pode modificar os rumos da História por meio de suas ações e as Ciências Sociais devem produzir *insights* que sirvam como orientação para os sujeitos que, por meio de suas respectivas ações, podem promover a mudança do *status quo*.

Ao contrário da filosofia da História que retira boa parte do campo de ação do sujeito, já que leis inexoráveis do processo histórico impõem seu destino, a sociologia de matriz compreensiva toma o sujeito como parte implicada da e na História e, portanto, não aceita com tranquilidade leis históricas, ou uma ideia de evolução ou fluxo contínuo com fases diacrônicas; a ideia de processo, com idas e vindas e, portanto, de mudanças que podem surtir em efeitos de atrasos ou avanços lhe caem melhor, bem como não lhe é estranho que certos fenômenos possam se nos apresentar como se fossem tais quais já foram uma vez. A sincronicidade não é um fenômeno estranho aos weberianos. De forma oposta, nas abordagens pautadas pela filosofia da História, em geral, a transformação do mundo se dá por meio do movimento coletivo. Por outro lado, por meio da abordagem indutiva compreensiva é possível verificar que mesmo um único indivíduo, mediante suas qualidades – vide as proposições de Weber na política como vocação ao tratar do político profissional (WEBER, 1977), tem a possibilidade de realizar mudanças sensíveis no curso do processo histórico.

Ora, as ciências sociais teriam algum papel para e na mudança do curso do processo histórico? As Ciências Sociais nasceram de considerações práticas e, portanto, devem servir para amparar a vida em sociedade, mas para Weber, isso não quer dizer que as proposições, fruto da pesquisa social, devam influenciar os homens a ponto de dizer o que devem ou não fazer, mas tão somente o que podem fazer:

Uma ciência empírica não pode ensinar a ninguém o que deve fazer; só lhe é dado - em certas circunstâncias — o que quer fazer. É verdade que, no setor das nossas atividades científicas, continuamente são introduzidos elementos da cosmovisão pessoal, bem como na argumentação científica. Eles sempre causam problemas, fazendo com que nós atribuamos pesos diferentes na elaboração de simples relações causais entre fatos, na medida em que o resultado aumenta ou diminui a possibilidade da realização de nossas ideias pessoais. (WEBER, 2004, p.111)

Nas proposições do autor, as Ciências Sociais não se constituem como técnicas, mas permitem a elaboração de técnicas de intervenção, perseguindo os problemas e a realidade da sociedade e não propondo como esta deveria ser. Já que as escolhas dos objetos selecionados

para estudo estão condicionadas por juízos de valor e que a busca da neutralidade axiológica é uma jornada necessária, mas cujos resultados não chegam a extrair as intenções primeiras que implicam o sujeito da pesquisa na escolha do objeto, não pode o sociólogo fazer inferências sobre o que se deve ou não fazer. O ideal mesmo, segundo Weber, é que o cientista social deva ser capaz de chegar a uma conclusão que refute até mesmo os seus próprios juízos de valor.

Deste modo, as Ciências Sociais podem contribuir para o desenvolvimento da vida em sociedade apontando aos atores sociais os meios disponíveis para a realização de suas escolhas. Para além, as Ciências Sociais podem demonstrar a contradição existente entre fins e valores perseguidos, auxiliando os homens em suas escolhas, demonstrando quais as consequências possíveis embutidas em suas ações.

Em todo caso, frente ao sujeito está o inesperado, o imponderável da ação humana e isto faz da vida algo dramático. Assim, as Ciências Sociais são uma expressão de uma série de conhecimentos limitados que, por seu caráter efêmero, não possibilitam a postulação de verdades, mas, ao mesmo tempo possibilitam um nível menor de incertezas, mesmo que isso não impeça a tragédia imposta pela ascensão contínua da razão, aos atores que estão diante dos dramas da vida real.

A POSTURA DO CIENTISTA SOCIAL

A sociologia da compreensão weberiana tem suas origens na técnica hermenêutica, entendida como a arte de ler e interpretar textos. Foi Schleiermacher (2014) quem possibilitou a expansão do conceito quando escreveu que “há hermenêutica onde há incompreensão”, e Dilthey (2010), posteriormente, quem propôs uma “hermenêutica geral”, que possibilita ir das “palavras” às “organizações sociais”. Weber, influenciado pela distinção de Dilthey entre “explicar” e “compreender”, foi o único sociólogo da “tríade fundadora” a se inspirar nessa corrente para construir sua sociologia, embora não se aproprie do termo propriamente dito.

Entre os principais conceitos da tradição hermenêutica destaca-se o “círculo hermenêutico”, em que o significado é construído na relação entre sujeito e objeto, texto e contexto, intérprete e interpretado. Trata-se de uma terceira via que se afasta, como já registrado, tanto do objetivismo positivista quanto do subjetivismo relativista, ou seja, evita sacrificar o sujeito em favor do objeto sem comprometer o objeto em favor do sujeito. Nessa mútua implicação sujeito-objeto, para Weber, é papel do cientista social compreender que,

embora a motivação da pesquisa parta de intuições subjetivas, será preciso construí-la de modo a neutralizar a análise subjetivista no momento em que se entra em contato com o objeto.

Levando em conta o que foi dito acima, há mecanismos propostos por Weber que visam produzir controles eficientes sobre a prática das investigações sociológicas. Alguns desses mecanismos vieram a compor o que passou a ser chamado, por alguns autores da sociologia contemporânea, de “vigilância epistemológica”.

Weber convida o cientista ou palestrante a deixar explícito para seu público — e para si próprio — quais entre as suas afirmações são *logicamente dedutíveis* ou *empiricamente observáveis* e quais são, por outro lado, afirmações de *avaliação prática*. Essa diferença pode ser verificada já na formulação das perguntas que a investigação visa responder, momento em que já podem ser identificadas se são de tipo *valorativo*, ou, ao contrário, *axiologicamente neutras*. Um bom exemplo dado por Weber está na diferença em perguntar (1) *como* um fenômeno acontece, diante de quais condições se desenvolve, e (2) *se devemos* contribuir para que uma situação se desenvolva de uma maneira ou de outra. O segundo tipo de questão não poderia ser considerada uma questão da ciência, mas de avaliação prática, estando assim sob a responsabilidade do “homem de ação”.

Isso não significa que o cientista não deva investigar temas dos quais gostaria de propor intervenções ou, ainda, que não deveria participar da vida política, mas sim que, ao realizar avaliações práticas e valorativas, precisa identificar, para aqueles que recebem o discurso, quais afirmações estão em cada lugar, evitando difundir opiniões subjetivas sobre a realidade social como se fossem *logicamente dedutíveis* ou *empiricamente observáveis*, e ainda, caso se pretenda produzir ciência propriamente dita, é preciso partir de perguntas que buscam compreender os fenômenos e não simplesmente julgá-los ou resolvê-los.

Weber também alerta o cientista sobre a impossibilidade de julgar valorativamente a própria ciência, demonstrando uma postura bastante diferenciada em relação aos positivistas e cientificistas da época que consideravam a ciência como um bem em si. Ele reflete sobre a questão e chega a conclusão de que só é possível dizer o que a ciência é capaz ou não de fazer, como prever que, segundo dadas condições, espera-se que os eventos se desenvolvem de uma maneira ou de outra, mas que não se pode emitir uma avaliação prática acerca do próprio valor da ciência, ou seja, não se pode dizer que a capacidade de compreender o mundo cientificamente é valiosa por si mesma, já que isso seria uma questão de avaliação prática e, portanto, cientificamente indemonstrável.

Dito isso, é preciso admitir com Weber que, para o cientista, o pressuposto mais fundamental da investigação, ou seja, aquele de que a ciência em si mesma é desejável, está na ordem das questões valorativas. O cientista aceita o axioma, impossibilitando de saída uma “ciência livre de pressupostos”. No entanto, isso não invalida a objetividade do conhecimento em ciências sociais quando, aceitos os pressupostos básicos da ciência, passamos a observar o mundo empírico, de onde se deriva a compreensão da realidade social. Tal é a diferença entre uma *neutralidade absoluta* e uma *neutralidade axiológica*. Desde o princípio, o cientista parte de pressupostos não científicos: no nível mais fundamental, aceita a validade das regras da lógica e das metodologias, depois, que o conhecimento científico é importante em si, e, por fim, escolhe estudar um tema que considera previamente interessante ou essencial. Entretanto, a partir daí, como demonstrado pelas diferentes formas de indagar acerca dos fenômenos, é possível excluir os juízos de valor do processo da pesquisa e investigá-los a partir de como se apresentam ao investigador.

Sujeito e objeto estão, de diversas maneiras, implicados. O afastamento completo não é possível, nem a neutralidade absoluta, mesmo assim a investigação social continua possível a partir do método compreensivo ou, como identificamos, hermenêutico. Isso ocorre, acima de tudo, porque a tentativa de compreender o sentido da ação leva em consideração o sentido que a ação possui para o sujeito, não como algo substancial, mas propriamente humano. Se, portanto, o objetivo principal da sociologia é a compreensão da ação humana dentro dos sentidos propriamente humanos, é possível construir modelos que ajudem a investigar os padrões de comportamento. O cientista, em busca de dar conta dos fenômenos sociais, deverá buscar, portanto, evitando juízos de valor, qual o sentido que os atores dão para suas ações e como esse conjunto de sentidos colaboram para a construção das relações sociais. O método propriamente dito das ciências sociais deve ser, portanto, o indutivo, que, embora possa produzir modelos anteriores através dos procedimentos lógicos e dados observáveis (tipos ideais), precisa descer ao nível das ações para realizar a comparação entre aquilo que se espera e aquilo que se apresenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ensaier considerações acerca da relação entre sujeito e objeto da pesquisa segundo as proposições de Max Weber nos permite atualizar questões que continuam atuais para o campo epistemológico das ciências sociais, a saber: i) a escolha do objeto de pesquisa, nas ciências

sociais e nas ciências da cultura, jamais é aleatória, pois ela perpassa os interesses próprios do sujeito da pesquisa. Seus valores, crenças, seus pontos de vista se não o orientam de forma consciente, podem orientar de forma mais ou menos inconsciente a escolha e a delimitação do que se observa na realidade empírica; cabe, portanto, ao sujeito da pesquisa anunciar sempre ‘como’ e ‘por que’ se chegou a um dado objeto. Diferentemente de posturas que justificam distanciamento, o pesquisador deve enfrentar-se e colocar-se ‘no espelho’, confrontando-se com as razões de suas escolhas.

ii) a neutralidade não é possível. Não é incomum que no ensino do método weberiano valorize-se como uma de suas características a centralidade de uma pressuposta busca de neutralidade. Isto é incorreto no ensino de sua teoria. Não se trata de qualquer neutralidade, posto se tratar da neutralidade do axioma, isto é, da dedução ou, de modo mais amplo, de juízos tomados *a priori*. Muito se falou de ‘vigilância epistemológica’ quando se trata de neutralidade axiológica e essa acepção parece-nos, de fato, mais adequada do que abandonar o complemento que indica o caráter dedutivo e ficar apenas com a neutralidade.

iii) para bem compreender a neutralidade axiológica deve-se praticá-la. Sua prática exige que se diga apenas o que se pode ser dito segundo o ‘ordenamento conceitual da realidade empírica’ e isso só é possível mediante a descrição exaustiva desta realidade sob o crivo da observação indutiva. Na impossibilidade de ser neutro resta ao pesquisador ser um pesquisador comprometido com a neutralidade da pesquisa, esta é a neutralidade axiológica.

Max Weber, portanto, jamais fez preleção de uma pretensa neutralidade científica. O que ele fez foi recomendar uma medida profilática - a observação indutiva para a descrição densa, para o ordenamento conceitual da realidade empírica - ao que considerava ser, simultaneamente, a especificidade e a debilidade das ciências sociais, o seu único instrumento que é o sujeito da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLLINS, Randall. *Quatro tradições sociológicas*. Petrópolis: Vozes, 2009.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DILTNEY, Wilhelm. O surgimento da hermenêutica (1900). *Numen*, [S. l.], v. 2, n. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21747>. Acesso em: mar. 2026.

FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1994.

LÖWY, Michael. *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E. *Hermenêutica: arte e técnica da interpretação*. Petrópolis: Vozes, 2014.

VÉDRINE, Hélène. *As filosofias da história: decadência ou crise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

WEBER, Max. *O político e o cientista*. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais: parte 1*. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva: volume 1*. Brasília: UnB, 2004.